



# CASHBACK

---

Mariz de Oliveira e  
Siqueira Campos  
ADVOGADOS

ACESSAR MATERIAL COMPLETO



# CASHBACK

## COMANDO CONSTITUCIONAL

A EC 132/23, com o objetivo de redução das desigualdades de renda, delegou competência para a lei complementar definir hipóteses nas quais haverá **devolução do IBS e da CBS** para as pessoas físicas.



Além disso, a emenda determinou que a devolução de IBS será **obrigatória** nas aquisições de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo (GLP).

**MARIZ**

### COMENTA

O *cashback* é instrumento voltado à mitigação da **regressividade tributária** e à promoção da justiça tributária.

- Em comparação com medidas como a seletividade (mediante redução da carga incidente sobre bens e serviços essenciais), o *cashback* permite identificar e beneficiar diretamente o “contribuinte de fato” na tributação sobre o consumo, calibrando a carga tributária segundo sua **capacidade contributiva**

- **Reduções generalizadas das alíquotas** (ex. cesta básica) não são direcionadas especificamente à população mais vulnerável, beneficiando todos os consumidores, independentemente de sua capacidade contributiva. Dessa forma, atendem apenas parcialmente o propósito de mitigação da regressividade
- Além disso, reduções de alíquotas podem não resultar necessariamente em repasse integral do benefício ao consumidor final. Esse mecanismo pode levar à necessidade de compensação da arrecadação por meio de aumento da alíquota sobre outros bens e serviços, sem garantir impacto direto no público mais vulnerável
- O *cashback*, por outro lado, permite a identificação específica do público beneficiário, pois a devolução está condicionada à satisfação de requisitos de **renda da unidade familiar**. Isso assegura que a medida tenha impacto direto nas famílias de baixa renda

## Energia elétrica e GLP

A EC 132/2023 atribuiu à **lei complementar** a competência para **indicação das operações** sujeitas à devolução de IBS e CBS e respectivos percentuais.

- Quanto ao IBS, a emenda constitucional determinou expressamente a devolução nas aquisições de energia elétrica e GLP, sem, no entanto, fixar um percentual específico
- Dessa forma, para essas operações, a lei complementar terá competência apenas para estabelecer o montante da devolução, sem poder excluir esses itens da sistemática do *cashback*

## LEI COMPLEMENTAR 214/25

### ASPECTOS GERAIS

A devolução dos valores de CBS será gerida pela RFB e a dos valores de IBS pelo Comitê-Gestor, os quais serão responsáveis por:

- Normatizar, coordenar, controlar e supervisionar a devolução



- Definir os procedimentos para determinação do montante e a sistemática de pagamento dos valores devolvidos
- Elaborar relatórios gerenciais e de prestação de contas
- Adotar ações e iniciativas necessárias à operacionalização da devolução

A **normatização** deverá estabelecer, no mínimo:

- ✓ Período de apuração dos valores a serem devolvidos
- ✓ Calendário e a periodicidade dos pagamentos
- ✓ Formas de creditamento (pagamento) aos beneficiários\*
- ✓ Prazo para utilização dos valores devolvidos, limitado a **24 meses**
- ✓ Forma de ressarcimento de importâncias recebidas indevidamente
- ✓ Mecanismos de mitigação de fraudes ou erros
- ✓ Tratamento de indícios de irregularidades
- ✓ Divulgação de informações relativas à distribuição dos valores devolvidos

\*Os procedimentos para pagamento priorizarão mecanismos que estimulem a formalização do consumo das famílias, por meio da emissão de documentos fiscais.

União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão implementar **soluções integradas** para a administração de sistema que permita a devolução de forma unificada do IBS e da CBS, mediante celebração de **convênio específico**.

As devoluções serão destinadas ao **responsável pela unidade familiar de baixa renda** cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico (art. 6º-F, Lei n. 8.742/93) e que observe os seguintes requisitos **cumulativos**:



- Renda familiar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo
- Residente no território nacional
- Inscrição regular no CPF



A inclusão do representante como destinatário será automática, podendo ser solicitada a exclusão.

Os valores devolvidos serão **deduzidos da arrecadação** mediante anulação da respectiva receita.

**Responsável pela unidade familiar:** pessoa responsável por prestar as informações ao CadÚnico, podendo ser (i) o responsável familiar (membro da família, morador do domicílio, com idade mínima de dezesseis anos) ou (ii) o representante legal (indivíduo não membro da família e que não seja morador do domicílio, legalmente responsável por pessoas menores de dezesseis anos ou incapazes).





# FLUXO DO CASHBACK



Nas localidades com limitações operacionais (definidas segundo metodologia a ser definida em regulamento), será possível a adoção de procedimento simplificado, com dispensa da emissão de documento fiscal para fins de *cashback*.

## Execução das devoluções

A LC 214/25 não atribui competência ao CG-IBS e à RFB para a **efetiva devolução** dos valores de IBS e CBS, mas apenas para “coordenar, controlar e supervisionar” o procedimento. Assim, a princípio, os valores poderão ser devolvidos diretamente por cada ente, com a possibilidade de adoção de mecanismo unificado para a operacionalização dos pagamentos.

- No que se refere ao registro orçamentário, a LC 214/25 estabelece que as devoluções ocorrerão mediante anulação da receita. Essa disposição pode sugerir que as devoluções do IBS serão debitadas do produto da arrecadação já repassado pelo CG-IBS para os entes subnacionais
- No entanto, a lei não define expressamente qual será o mecanismo de devolução, se por meio de depósito em conta bancária do titular, crédito em cartão específico do programa ou outro modelo de pagamento (fica a cargo de regulamento)



## Formalização

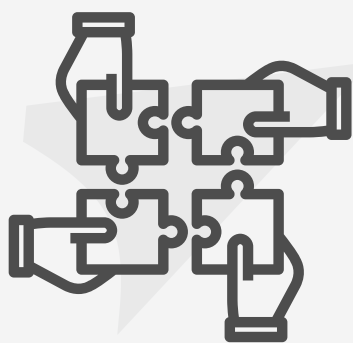
O *cashback* colabora para o **combate da evasão fiscal** e **mitigação da informalidade**, ao priorizar mecanismos que estimulem a formalização (ex. necessidade de que o consumidor solicite o registro de CPF em documento fiscal eletrônico para fins de comprovação do custo tributário efetivo e solicitação da devolução).

## CadÚnico

A utilização do CadÚnico como mecanismo de identificação de destinatários é ferramenta que satisfaz os vetores de simplificação e praticidade, considerando se tratar de **registro público amplo** já adotado nacionalmente para identificação de famílias de baixa renda.

- De toda forma, é importante não confundir o *cashback* com os **programas socioassistenciais**: a finalidade da devolução é reduzir a carga tributária incidente sobre o consumo. Assim não se enquadra como mecanismo de transferência de renda.

É indispensável que sejam **instituídos mecanismos de revisão e fiscalização dos cadastros atuais**, tanto com o fim de coibir fraudes quanto para **identificar potenciais beneficiários que ainda não estejam inscritos**.



Nesse contexto, a **colaboração interfederativa** é essencial para garantir a qualidade e a atualização dos dados cadastrais. A atuação ativa dos **entes municipais** se mostra especialmente relevante em regiões mais vulneráveis, onde pode haver maiores índices de subnotificação das famílias elegíveis ao benefício.

## PRAZOS

As devoluções serão concedidas nos prazos estabelecidos em regulamento.



Porém, já estão definidas regras específicas para certos fornecimentos:

- Energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, gás canalizado e serviços de telecomunicações: **obrigatoriamente** no momento da cobrança
- Bens ou serviços sujeitos à cobrança com periodicidade fixa: **preferencialmente** no momento da cobrança

Os valores serão disponibilizados para o agente financeiro no prazo máximo de **15 dias** após a apuração e este deverá transferir o valor ao responsável em até **10 dias**.

As devoluções serão calculadas com base no consumo familiar realizado a partir de:

- Janeiro de **2027**, quanto à **CBS**
- Janeiro de **2029**, quanto ao **IBS**

## CÁLCULO

O valor será definido mediante aplicação dos seguintes percentuais calculados sobre o valor do tributo (“devolução geral”):

### Grupo 1:

**100% de CBS + 20% de IBS :**



Botijão de GLP de até 13 kg



Fornecimento domiciliar de energia elétrica



Abastecimento de água



Esgotamento sanitário



Gás canalizado



Serviços de telecomunicações

### Grupo 2:

**20% de CBS + 20% de IBS:** demais casos

Os entes poderão, em lei específica, fixar percentuais de devolução superiores aos previstos na lei, podendo diferenciá-los em função da renda familiar dos destinatários e dos grupos previstos na LC 214/25 (“devolução específica”).



**Devolução geral:** valor apurado mediante a aplicação dos percentuais estabelecidos na LC 214/25 (será considerada para fins de cálculo da alíquota de referência).

**Devolução específica:** diferença entre o valor apurado mediante a aplicação dos percentuais fixado pelos entes e o valor apurado mediante a aplicação dos percentuais estabelecidos na LC 214/25.

O percentual aplicável ao cálculo da devolução será formalizado por meio da emissão de documento fiscal.

Regulamento estabelecerá regras de devolução por unidade familiar destinatária e por período de apuração, de modo que a devolução seja **compatível com a renda** disponível da família.

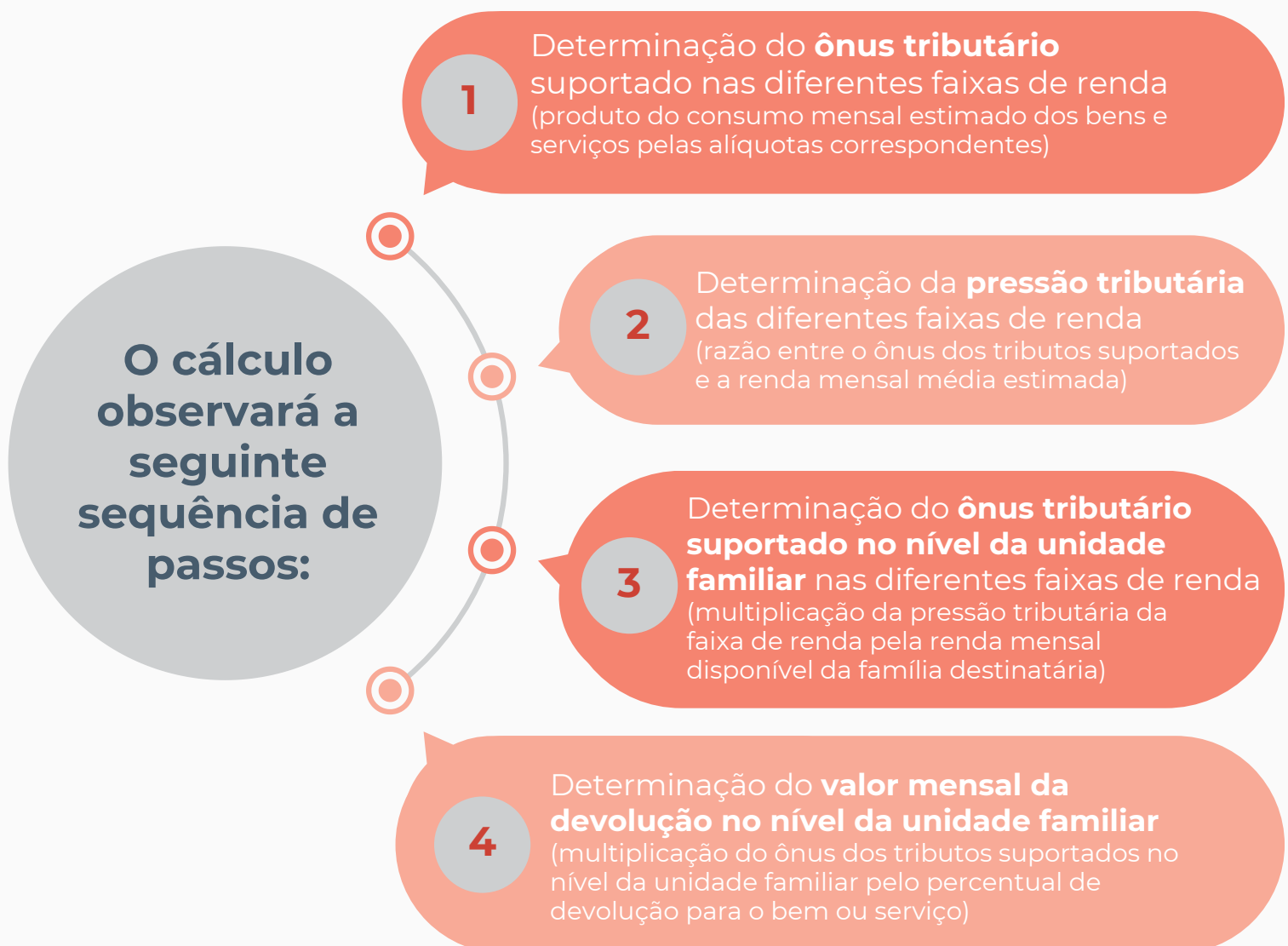
Para determinação do tributo a ser devolvido serão considerados:

- **Consumo total** de produtos pelas famílias destinatárias, ressalvados os produtos sujeitos ao Imposto Seletivo
- **Dados extraídos de documentos fiscais** vinculados ao CPF dos membros da unidade familiar, que acobertem operações de aquisição de bens ou serviços para consumo domiciliar
- **Renda mensal familiar disponível** (somatório da renda declarada no CadÚnico a valores auferidos a título de transferência condicionada de renda)

- Dados extraídos de **publicações oficiais** relativos à estrutura de consumo das famílias
- **Regras de tributação** de bens e serviços previstas na legislação

Em localidades com dificuldades operacionais que comprometam a eficácia do mecanismo, poderão ser adotados **procedimentos simplificados\*** para cálculo das devoluções.

\*O procedimento não se aplica às devoluções concedidas no momento da cobrança da operação.





\*Os dados relativos ao consumo e à renda média serão estimados a partir das informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), produzida pelo IBGE, com base em metodologia definida no regulamento.

\*A definição das localidades com dificuldades operacionais levará em consideração o grau de eficácia da devolução do tributo, mediante metodologia de avaliação definida no regulamento.

A parcela creditada individualmente à família beneficiária não poderá **superar o montante** relativo à CBS do Grupo 1 e o relativo ao IBS do Grupo 2.



### Limites de devolução

O art. 117 determina que o regulamento estabeleça regras de devolução **compatíveis com a renda familiar**. Por sua vez, o art. 118 fixa quais os percentuais serão aplicáveis às operações, os quais não são expressamente determinados pela renda da unidade familiar.

- A leitura conjunta desses dispositivos permite inferir que a LC 214/25 autoriza ao regulamento estabelecer limites (teto) para os valores a serem restituídos, com base na renda familiar. Nesse sentido, podem ser adotados limites remuneratórios por unidade familiar ou por integrante (*per capita*), bem como periodicidade distinta para pagamento, entre outros

- Ainda que seja uma possibilidade alinhada com a prática internacional na América Latina, a definição de limite máximo para crédito parece estar desalinhada com a ideia de combate à regressividade
- Ademais, os limites por faixa de renda deverão considerar a natureza de gasto, de forma a não obstar a devolução sobre aquisições extraordinárias que superariam as despesas mensais da unidade familiar (ex. aquisição de imóvel)



## Procedimentos simplificados

Os procedimentos simplificados estabelecem **presunções** quanto ao ônus suportado pela unidade familiar, **conforme a faixa de renda**. Nesse modelo, define-se uma proporção fixa, sobre a qual é aplicado o percentual de devolução correspondente.

- Esse mecanismo dispensa o controle individualizado do consumo por meio de documentos fiscais, o que poderia ser um empecilho para devolução em regiões com altos níveis de informalidade

- A LC 214/25 adota um modelo híbrido:
  - **Regra geral:** a devolução será variável, calculada com base no percentual aplicado sobre o consumo efetivo da unidade familiar
  - **Exceção:** será possível a “**devolução fixa**”, na qual se aplica um percentual sobre consumo presumido, definido conforme a renda do beneficiário

Esse modelo busca equilibrar a necessidade de **justiça tributária** com a **viabilidade operacional** da política de devolução.

## Devolução específica

A autorização para que os entes fixem percentuais superiores para devolução permite, especialmente quanto aos entes subnacionais, que sejam avaliadas as **necessidades regionais e locais** (redução das desigualdades regionais). No mesmo sentido, a possibilidade de diferenciação por faixa de renda se coaduna com o propósito de redução da regressividade, por meio da instituição de *cashback* progressivo.

## **Reduções nas alíquotas**

O percentual de devolução é calculado com base no tributo efetivamente devido na operação. Assim, nas operações com redução de alíquotas, haverá a redução proporcional do montante a ser devolvido e, no caso das desonerações integrais (ex. cesta básica), não será aplicada qualquer devolução.

## **Outros bens**

A LC 214/25 não impõe restrições quanto aos bens e serviços que poderão ser incluídos na regra residual (grupo 2). Assim, não há limitação expressa quanto às aquisições que permitiriam a devolução para o consumidor (ex. despesas de aluguel, transporte, etc), de forma que eventuais restrições deverão ser estabelecidas por meio da fixação de teto para a devolução ou mediante listagem em regulamento.

## **Devolução no momento da cobrança**

Nas hipóteses de devolução no momento da cobrança, a tendência é que haja a dedução dos tributos no momento de emissão do documento fiscal. Nesses casos, não se trata propriamente de devolução, mas sim de desoneração, uma vez que o consumidor é contemplado com o benefício no momento da aquisição do bem ou serviço, sem necessidade de reembolso posterior.

# Mariz de Oliveira e Siqueira Campos

ADVOCADOS



## AUTORES:



**Marcos Engel**



**Silvio Gazzaneo**



**Rodolfo Paiva**